

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

REFERÊNCIA AO ETP Nº 01/2026

1. DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **registro de preços para futura e eventual aquisição de fórmulas nutricionais**, destinadas ao atendimento de crianças e demais pacientes com necessidades alimentares especiais, conforme prescrição médica, para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Comendador Gomes/MG, pelo período estimado de 12 (doze) meses.

1.2. O objeto caracteriza-se como **material de consumo comum**, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado, sendo plenamente compatível com a modalidade **Pregão Eletrônico**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**.

1.3. Os quantitativos previstos são **estimativos**, definidos com base no histórico de consumo, na demanda atualmente cadastrada junto à Secretaria Municipal de Saúde e nas necessidades identificadas no Estudo Técnico Preliminar, não constituindo obrigação de aquisição integral por parte da Administração.

Seq	Und	Especificações	Qtd	V. Unitário	V. Global
1	LT	Fórmula infantil de seguimento para crianças apartir dos 10 meses,com adição de prebióticos (GOS/FOS),DHA E ARA,e taurina.Contém lactose,não contém glúten.Alérgicos: contém leite e derivados de leite de soja e de peixe. Lata de 800 gramas. (APTAMIL 3)	350	R\$ 91,04	R\$ 31.864,00
2	LT	Fórmula infantil em pó a base de aminoácidos livres,para lactantes e crianças de primeira infância de 0 a 36 meses de partida e seguimento.Nutricionalmente completa e isenta de proteínas lacteas,foi formulada para necessidades dietoterápicas específicas,com restrição de lactose.É indicada para crianças de 0 a 3 anos.Não contém leite e produtos lácteos.Não contém glúten,contém fenilalanina. Lata de 400 gramas (NEOCATE LCP)	350	R\$ 242,31	R\$ 84.808,50
3	LT	Fórmula infantil de partida,indicada para alimentação de bebês lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida,adicionada de prebióticos.Contem lactose,não contém glúten.Alérgicos: contém leite e derivados de leite,de soja e de peixe. Lata de 800 gramas (APTAMIL 1)	350	R\$ 90,64	R\$ 31.724,00
4	LT	Suplemento nutricional infantil para crianças de 1 a 10 anos. Cotendo baixos niveis da lactose torna-o ideal para promover crescimento saudavel.Lata de 850 gramas,sabor baunilha (PEDIASURE)	350	R\$ 176,76	R\$ 61.866,00
5	LT	FÓRMULA INFANTIL P/ CRIANÇAS DE 6 MESES A 1 ANO 800G - Fórmula infantil de seguimento,formulado para lactentes entre 6 meses e 1 ano de vida,a base de proteínas lácteas intactas,com prebióticos,DHA e ARA e Nucleotídeos.Contém lactose,e não contém glúten. Alergicos: contém leite e derivados de leite,de soja e de peixe. Lata de 800 gramas (APTAMIL 2)	350	R\$ 101,86	R\$ 35.651,00
6	LT	É um composto lácteo com vitaminas e minerais em pó, com cálcio, proteínas, vitamina D e outros nutrientes essenciais. Rico em Zinco, Selênio, Cobre, Ácido fólico, Biotina, Tiamina, Riboflavina, Ácido Pantotênico, Vitaminas D, C, A, E, K, B6 e B12. Fonte de Proteínas, Cálcio, Ferro, Fósforo, Magnésio, Manganês, Niacina. CONTÉM LACTOSE.NÃO GLÚTEN. BENEFÍCIOS: Proteínas, que auxiliam na formação de músculos e ossos; Cálcio + Vitamina D, que auxiliam no funcionamento muscular; Vitamina C + Zinco, que auxiliam no funcionamento do sistema imune; Vitaminas do complexo B, que auxiliam na disposição e vitalidade e 21 Vitaminas e Minerais, complementando suas necessidades nutricionais. SEM SABOR/LATA DE 740 GRAMAS (NUTREN SENIOR)	250	R\$ 172,62	R\$ 43.155,00
7	LT	É um suplemento nutricional ideal para quem busca suprir algum déficit nutricional ou deficiência nutricional e garantir uma vida mais saudável e ativa, com 28 vitaminas e minerais, incluindo alto teor de vitaminas D, C e cálcio, contendo 17g de proteína em 2 porções diárias. É composto por maltodextrina, sacarose, óleos vegetais (óleo vegetal de girassol altamente oléico, óleo vegetal de soja, óleo vegetal de canola e óleo vegetal de milho), caseinato de cálcio, minerais (citrato de sódio, citrato de potássio, carbonato de cálcio, cloreto de magnésio, fosfato de potássio dibásico, cloreto de potássio, cloreto de sódio, fosfato de sódio monobásico, sulfato de zinco, sulfato ferroso, sulfato de manganês, sulfato de cobre, cloreto de cromo, molibdato de sódio, iodeto de potássio, selenito de sódio, sulfato de magnésio, fosfato tricálcio), proteína isolada de soja, inulina, oligofrutose, proteína isolada do leite, glicose, frutose, vitaminas (cloreto de colina, ascorbato de sódio, vitamina e, palmitato de ascorbila, mix de tocoferóis, acetato de vitamina a, niacinamida, d-pantotenato de cálcio, d-biotina, vitamina D3, cianocobalamina, cloridrato de piridoxina, cloridrato de tiamina, ácido fólico, riboflavina, filoquinona, beta caroteno e ácido	250	R\$ 227,01	R\$ 56.752,50

Telefone: (34) 3423-0461

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000

Luana C. Nobre



CONSTRUÍDA POR SONHOS, MÓVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CNPJ 18.449.173/0001-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

	ascórbico), aromatizantes, corante artificial (morango - vermelho 40) e regulador de acidez ácido cítrico e hidróxido de potássio.SABOR BAUNILHA/LATA DE 850 GRAMAS (ENSURE)			
--	--	--	--	--

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$345.821,00 (Trezentos e Quarenta e Cinco Mil, Oitocentos e Vinte e Um Reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.5. O valor informado nesse termo pode diferir do valor informado no Termo de Abertura do Processo de Licitação devido ao arredondamento de casas decimais.

1.6. O objeto desse termo de referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.

1.7. Na elaboração da proposta de preço deverão ser observados os preços de referência dos lotes/itens, constantes deste Termo de Referência, extraídos de pesquisa de preços de mercado (apurados pela Secretaria), não devendo os preços ofertados ultrapassarem tais valores, que são tidos como preços máximos.

1.8. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou ata de registro de preços, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso conforme lei 14.133/2021.

1.9. **Informamos que as marcas de referência deverão ser seguidas à risca, tendo em vista haver pacientes os quais só podem utilizar estas marcas especificadamente, conforme laudos e receituários médicos, o que visa evitar alergias, desconfortos estomacais e afins.**

1.9.1. **Desta forma, as marcas de referência são requisito mínimo para que haja atendimento e fomento desta demanda.**

1.10. Os itens serão destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista o fomento necessário à LC 123/06, ao passo em que este TR versa sobre itens abaixo de R\$80.000,00 (Oitenta Mil Reais).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Por meio desta formalização de demanda, a Secretaria de Saúde apresenta a necessidade de aquisição de fórmulas (alimentação em pó) destinadas a atender a alimentação especial de crianças beneficiárias da rede pública de saúde do município de Comendador Gomes e demais pacientes/beneficiários. Esta aquisição visa suprir a necessidade de pacientes com condições específicas, como cardiopatia, intolerância à lactose, baixo peso e outras condições que exigem fórmulas especiais.

2.2. A aquisição das fórmulas é essencial para garantir que as crianças e beneficiários recebam a nutrição adequada para o seu desenvolvimento e tratamento, conforme prescrição médica. O município de Comendador Gomes, como responsável pelo atendimento das necessidades de saúde de seus cidadãos, deve providenciar tais itens para assegurar a continuidade e qualidade do atendimento às crianças que necessitam dessas fórmulas especiais.

2.3. Além disso, as fórmulas são produtos com especificações bem definidas e amplamente conhecidas no mercado. A natureza do item, que é regulamentada por órgãos competentes como a Anvisa, não demanda um estudo técnico preliminar detalhado, pois os padrões de qualidade e adequação são uniformemente estabelecidos e facilmente identificáveis.

2.4. A urgência e a necessidade imediata da aquisição das fórmulas também contribuem para o Pregão Eletrônico com SRP. O objetivo é garantir que as crianças e demais beneficiários com condições médicas especiais recebam o atendimento nutricional adequado sem atrasos, o que torna a agilidade no processo uma prioridade sobre a elaboração de documentos técnicos adicionais.

2.5. Ademais, a simplicidade do fornecimento das fórmulas, que são produtos padronizados e amplamente disponíveis no mercado, justifica a ausência de um ETP detalhado. O processo pode ser conduzido com base em uma definição clara dos requisitos e das condições contratuais, sem a necessidade de um estudo técnico aprofundado.

2.6. Por fim, a elaboração de um ETP para uma contratação de pequeno valor implicaria em um esforço administrativo desproporcional à complexidade do processo. Dessa forma, a eficiência administrativa é preservada ao optar por uma abordagem mais simplificada, alinhada com as práticas de mercado e as exigências legais para a contratação do item em questão.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução da demanda consiste na aquisição regular e contínua de fórmulas para atender as crianças e beneficiários cadastradas no SIGAF do Município de Comendador Gomes/MG. Essa aquisição deverá ser realizada de forma planejada, a fim de evitar a interrupção do fornecimento e, consequentemente, garantir o cuidado adequado aos beneficiários. Para isso, é fundamental que o planejamento seja fundamentado em estudos técnicos preliminares

Telefone: (34) 3423-0461

Luana B. Norato @

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CMPJ 18.449.173/0001-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

que considerem a demanda diária e o histórico de consumo, permitindo a definição dos volumes necessários.

3.2. Ademais, a contratação deve observar os princípios da economicidade e eficiência, conforme preconiza a Lei 14.133/21, bem como as orientações dos Tribunais de Contas, especialmente o TCE/MG e o TCU. A aquisição deverá ser realizada com o objetivo de alcançar o menor custo possível, sem prejuízo da qualidade do produto. Assim, é indispensável a realização de análises comparativas de preços e qualidade, bem como a exigência de que os produtos atendam às especificações técnicas e normativas vigentes, garantindo a segurança e a eficácia do atendimento nutricional das crianças.

3.3. Para assegurar a continuidade do fornecimento e evitar desperdícios ou faltas, será implementado um sistema de gestão e controle de estoque que permita o monitoramento contínuo dos níveis de fórmulas disponíveis. Esse sistema deverá possibilitar a previsão de reposição e a distribuição dos insumos conforme a demanda real, integrando-se aos sistemas de informação do município e contribuindo para a transparência e eficiência do processo.

3.4. Por fim, o contrato a ser firmado deverá incluir cláusulas que prevejam a fiscalização do cumprimento das obrigações, o controle de qualidade dos produtos fornecidos e a aplicação de penalidades em caso de descumprimento. Esse instrumento contratual deverá ainda possibilitar ajustes e revisões conforme variações na demanda, sempre em conformidade com a legislação aplicável e as orientações dos órgãos de controle, de modo a garantir a efetividade e a continuidade do atendimento às crianças beneficiárias do Município de Comendador Gomes/MG.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 4.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 4.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos ofertados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 4.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 4.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 4.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 4.6.** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 4.7.** a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 4.8.** responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 4.9.** notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.10.** Comunicar ao Contratado posterior alteração do projeto pelo Contratante na hipótese do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 5.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
- 5.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.4.** A Contratada se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes do transporte dos produtos, bem como sua instalação;
- 5.5.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.6.** Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

Telefone: (34) 3423-0461

Romane C. Norata ©

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CNPJ 18.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

- 5.7. Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas no Edital e seus anexos.
- 5.8. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos itens contratados.
- 5.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.
- 5.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 5.12. Toda entrega deverá ser feita somente mediante solicitação da Contratante, sob pena de devolução da mercadoria entregue. Os produtos rejeitados deverão ser substituídos no prazo máximo de até 5 (cinco) dias.
- 5.13. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o item contratado.
- 5.14. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
- 5.15. Acatar todas as orientações do Município, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 5.16. As entregas dos serviços deverão ser efetuadas nos locais conforme solicitação com o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 5.17. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.18. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.19. Indicar preposto para representá-la durante a vigência da ata de registro de preço;
- 5.20. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 5.21. A contratada deverá realizar atendimento à especificação contida no item de serviço deste Termo de Referência.
- 5.22. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração Municipal, podendo incluir diversos pontos de entrega conforme especificado nas ordens de fornecimento. A Contratada é responsável pela logística de transporte até o destino final, assegurando que os produtos cheguem em perfeitas condições, sem qualquer avaria ou deterioração.
- 5.23. Os materiais devem ser entregues em embalagens apropriadas, que garantam a integridade dos produtos durante o transporte e armazenamento. Todas as embalagens devem estar devidamente identificadas, contendo informações como descrição do produto, quantidade, data de fabricação e prazo de validade, conforme aplicável.
- 5.24. A Contratada deve assegurar que todos os materiais fornecidos atendam aos padrões de qualidade exigidos, conforme especificações técnicas e normas regulamentadoras aplicáveis. Os materiais devem ser de primeira linha, novos, sem uso prévio e sem quaisquer defeitos de fabricação. A Contratada deverá garantir a substituição de qualquer item defeituoso ou que apresente falhas durante o período de garantia estipulado.
- 5.25. A Contratada é inteiramente responsável pela qualidade dos materiais fornecidos, comprometendo-se a corrigir, às suas próprias expensas, qualquer defeito ou não conformidade detectada pela Administração Municipal. Qualquer produto que apresente falhas, defeitos de fabricação ou que não atenda às especificações contratuais deverá ser imediatamente substituído pela Contratada, sem ônus para o município.
- 5.26. Fornecer as fórmulas infantis conforme as especificações e quantidades estabelecidas no contrato, assegurando que os produtos atendam aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pela legislação vigente e pelas normas técnicas pertinentes.
- 5.27. Garantir que as fórmulas fornecidas estejam dentro do prazo de validade e armazenadas de acordo com as condições adequadas para preservar suas propriedades e eficácia. Assegurar que os produtos atendam a todas as normas de qualidade e conformidade exigidas pela Anvisa e outras autoridades competentes.
- 5.28. No que tange à qualidade dos produtos, a Contratada compromete-se a fornecer materiais em perfeitas condições, com embalagens apropriadas e devidamente identificadas, garantindo a integridade dos produtos durante o transporte e armazenamento. Os materiais devem ser de primeira linha, novos, sem qualquer defeito de fabricação, e, em caso de avarias ou defeitos, a Contratada deverá proceder à substituição, reparação ou correção do objeto, às suas expensas, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência. Caso surjam impedimentos que inviabilizem o cumprimento dos prazos de entrega, a Contratada deverá comunicar a Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, apresentando a devida comprovação dos motivos.

Jonana B. Norato @

Telefone: (34) 3423-0461

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CMPJ 18.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. SUSTENTABILIDADE: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.2. SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

6.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO Não haverá exigência de garantia contratual para a aquisição dos produtos, uma vez que não se trata de licitação de grande vulto.

6.4. ALTERAÇÃO SUBJETIVA: É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

6.5. A contratação pretendida deverá observar os requisitos técnicos, legais, operacionais e administrativos necessários ao pleno atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 1541/2023 e demais normas aplicáveis.

6.6. Requisitos do objeto

a) O objeto caracteriza-se como **material de consumo comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, e do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado;

b) As fórmulas nutricionais deverão atender integralmente às **especificações técnicas descritas no Termo de Referência**, observando-se as composições nutricionais, faixas etárias indicadas e demais características necessárias ao atendimento das prescrições médicas;

c) Os produtos deverão estar **regularmente registrados ou dispensados de registro junto à ANVISA**, conforme legislação sanitária vigente, e atender às normas expedidas pelos órgãos de controle e fiscalização competentes;

d) Os produtos deverão ser entregues **dentro do prazo de validade**, em embalagens originais, lacradas, íntegras e devidamente identificadas, assegurando a qualidade e a segurança para o consumo.

6.7. Requisitos de fornecimento e execução

a) O fornecimento deverá ocorrer de forma **parcelada**, conforme demanda da Administração, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços ou do contrato, garantindo o abastecimento contínuo das unidades de saúde;

b) O prazo de entrega deverá ser de, no máximo, **07 (sete) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da ordem de fornecimento, salvo prazo diverso devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) A entrega deverá ser realizada no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, correndo por conta da contratada todas as despesas com transporte, frete, carga, descarga e demais encargos.

6.8. Requisitos de habilitação: A futura contratada deverá comprovar o atendimento aos **requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica**, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, bem como conforme exigências a serem definidas no edital e no Termo de Referência.

6.9. Requisitos de sustentabilidade e segurança

a) Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, especialmente quanto ao acondicionamento, transporte e descarte das embalagens, em consonância com o art. 144 da Lei nº 14.133/2021;

b) A contratada será responsável por garantir que os produtos fornecidos não apresentem riscos à saúde dos usuários, respondendo por eventuais danos decorrentes do fornecimento inadequado.

6.10. Fiscalização e conformidade

a) O fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor ou comissão designada pela Administração, que poderá rejeitar produtos entregues em desacordo com as especificações;

Telefone: (34) 3423-0461

Rouana B. Norato

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000

b) Constatadas irregularidades, a contratada deverá proceder à substituição dos produtos rejeitados no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. As fórmulas deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho emitida pela Secretaria Municipal de Saúde de Comendador Gomes/MG e das informações técnicas necessárias para o fornecimento dos produtos. A critério da Administração Municipal, o prazo de entrega poderá ser alterado mediante comunicação prévia à Contratada.
- 7.2. Os itens deverão ser entregues na Farmácia Municipal Daniel Martins, localizado na Rua Rossemyro Lopes, nº 75, em Comendador Gomes/MG. As entregas devem ser realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 17h, e requerem agendamento prévio para que haja o acompanhamento do fiscal do contrato no momento do recebimento.
- 7.3. A execução do objeto ocorrerá de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, durante a vigência da ata de registro de preços ou do contrato decorrente, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.
- 7.4. O fornecimento será realizado **sob demanda**, mediante emissão de Nota de Empenho ou ordem formal de fornecimento, respeitando-se os quantitativos solicitados em cada requisição, de acordo com o consumo efetivo das unidades de saúde e com as prescrições médicas apresentadas.
- 7.5. O prazo máximo para entrega dos produtos será de **até 07 (sete) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da ordem de fornecimento, devendo a contratada garantir logística adequada para cumprimento do prazo estabelecido, sem prejuízo à continuidade do atendimento dos pacientes.
- 7.6. Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente acondicionados, em embalagens originais, íntegras, lacradas, identificadas e dentro do prazo de validade, observadas rigorosamente as normas sanitárias, de segurança e de qualidade expedidas pelos órgãos competentes, em especial a ANVISA.
- 7.7. Na hipótese de entrega de produtos em desacordo com as especificações técnicas, quantitativas ou qualitativas, ou com prazo de validade insuficiente, a Administração poderá recusá-los, devendo a contratada proceder à substituição no prazo a ser definido pela fiscalização, sem qualquer ônus adicional para o Município.
- 7.8. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, que ficará responsável pelo recebimento provisório e definitivo dos produtos, atestando a conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital e na legislação vigente.
- 7.9. O descumprimento das condições de execução, especialmente quanto aos prazos de entrega e à qualidade dos produtos fornecidos, sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório e na ata de registro de preços ou contrato, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis.

8. GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 8.6. O controle da execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, na valoração e gestão nos termos do contrato.
- 8.8. Para esta contratação a gestão será exercida por Iza Santos Tavares, sob a Lei Federal nº 14.133/2021, no

Telefone: (34) 3423-0461

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000

decreto nº 1563/2024.

8.9. Para esta contratação a fiscalização será exercida por Bruno Martins Assunção, sob a Lei Federal nº 14.133/2021 no decreto nº 1563/2024.

9. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. Do Recebimento

9.1.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente. Este recebimento provisório tem como objetivo a posterior verificação de conformidade dos materiais com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada pela Contratada.

9.1.2. Os materiais poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, inclusive antes do recebimento provisório, caso sejam constatadas desconformidades com as especificações do Termo de Referência e da proposta. Materiais rejeitados deverão ser substituídos pela Contratada no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da notificação, sem custo adicional para a Administração Municipal, e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato.

9.1.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório.

9.1.4. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado por igual período, mediante justificativa formal, caso seja necessária a realização de diligências adicionais para aferir o atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021. A empresa será comunicada para a emissão de uma Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, por parte da Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento de irregularidades na nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo dos materiais não exime a Contratada de sua responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos, nem de sua responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.1.8. O pagamento à Contratada será efetuado conforme o cronograma de fornecimento estabelecido e após a confirmação do recebimento definitivo dos materiais, que atestará a conformidade com as especificações contratuais. O pagamento será realizado com base na nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, respeitando os prazos de liquidação definidos pela Administração Municipal.

9.1.9. O pagamento estará condicionado à apresentação dos documentos fiscais e comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, conforme exigido pela legislação vigente e pelas cláusulas contratuais. A falta de qualquer documento obrigatório poderá acarretar a suspensão do pagamento até a sua regularização.

9.1.10. Em caso de aplicação de penalidades à Contratada por descumprimento de quaisquer obrigações contratuais, os valores correspondentes poderão ser descontados dos pagamentos devidos ou cobrados diretamente, conforme estabelecido no contrato e na legislação aplicável.

9.2. Do Reajuste e do Reequilíbrio

9.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

9.2.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

9.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m)

Telefone: (34) 3423-0461

Luana C. Norato @

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CNPJ 16.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.2.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.2.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9.2.9. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio, seguindo sempre o que determina a Lei, bem como:

9.3. Liquidação

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.6. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.3.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

9.4. Prazo de pagamento e forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação

Telefone: (34) 3423-0461

Rouana C. V. Costa

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000

da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.4.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, por meio do método auxiliar de **REGISTRO DE PREÇOS**.

10.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,10 (Dez Centavos)**.

10.3. A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

10.4. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos (jurídicos, técnicos, fiscal, social, trabalhistas, econômico-financeiro) exigidos no edital.

10.5. PROPOSTA compatível com preços de mercado, devidamente apresentada para abordar a contratação objeto deste instrumento, em papel timbrado, com valores unitários, globais, local, data e assinatura pelo representante legal.

10.5.1. A empresa vencedora deverá apresentar **PROSPECTO, ficha técnica ou outros documentos** com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação das características e descrições do produto a ser ofertado.

10.6. Apresentação de requisitos de **HABILITAÇÃO**, com fornecimento dos documentos constantes no art. 62 e seguintes da Lei 14.133/21, os quais serão especificados pelo Agente de Contratações no Edital de convocação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As dotações orçamentárias para custear as despesas decorrentes com as aquisições do objeto desta licitação serão informadas na formalização do contrato ou instrumento hábil, bem como seguirão os seguintes:
02.01.09.01.10.301.0012.09.2.053.3.3.90.30.00.00– Fonte 1500 1600 1621

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

Luana C. Nogueira (assinatura)

Telefone: (34) 3423-0461

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CNPJ 18.449.173/0001-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

12.1.9. Fraudar a licitação

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua

Telefone: (34) 3423-0461

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CNPJ 18.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Os critérios e percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Frutal/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

15. DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

15.1. Integra esta demanda formalizada por meio do Termo de Referência a Secretaria Municipal de Saúde de Comendador Gomes/MG os servidores que abaixo assinam este termo.

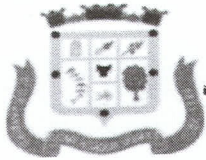
Comendador Gomes/MG, 13 de Janeiro de 2026

Stephany C. de Oliveira
Stephany Clemente de Oliveira
Setor de Saúde

Luana Cristina Novato
Luana Cristina Novato
Setor de Saúde

Telefone: (34) 3423-0461

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO REFERENTE AO ETP Nº 01/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de fórmulas nutricionais, destinadas ao atendimento de crianças e demais pacientes com necessidades alimentares especiais, conforme prescrição médica, para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Comendador Gomes/MG, pelo período estimado de 12 (doze) meses.

Considerando que o **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e o **Termo de Referência** contemplam elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto, demonstrando sua viabilidade técnica, econômica, orçamentária, ambiental e jurídica, **APROVO** o planejamento da contratação, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Determino que o referido ETP e o Projeto Básico integrem, obrigatoriamente, o processo de contratação e sirvam de base para a elaboração do instrumento convocatório ou do procedimento de contratação direta, a ser conduzido pelo Setor de Licitações, observada a legislação vigente.

Comendador Gomes/MG, 13 de Janeiro de 2026.


Eriovaldo da Silva Ferreira
Secretario Municipal de Saúde